



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI
Comitê Interno de Governança – CIG-MCTI
5ª Reunião Ordinária

ATA DE REUNIÃO

DADOS DO COLEGIADO

Colegiado: Comitê Interno de Governança.

Ato de Criação: Portaria nº 4.301, de 12 de janeiro de 2021.

Ato de Designação dos membros: Art. 2º, Portaria nº 4.301, de 12 de janeiro de 2021.

Periodicidade das reuniões ordinárias: trimestralmente (Art. 5º).

Sigla: CIG-MCTI

DADOS DA REUNIÃO

Data: 23 de agosto de 2022.

Horário: 10h30min.

Local: Sala dos Conselhos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 5º Andar, Bloco E, Esplanada dos Ministérios, Brasília – DF.

Tipo: () Presencial () Videoconferência (x) Mista

PARTICIPANTES

Membros do Comitê (Presencial) – Conforme lista de presença.

Convidados da Reunião – Conforme lista de presença.

PAUTA DA REUNIÃO

1. **Abertura.**

2. **Pauta:**

- Programa de Integridade do MCTI;
- Monitoramento do PPA e PEI 2020-2023;
- Resultados do Projeto-Piloto de Avaliação dos Riscos Associados aos Objetivos Estratégicos do PEI 2020-2023;

3. **Informes.**

4. **Encerramento.**

RESUMO DA REUNIÃO

1. Abertura. A reunião foi iniciada às 10h37min pelo Sr. Sergio Freitas de Almeida Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, que a presidiu, por solicitação do Ministro de Estado Sr.

Paulo Alvin que cumpria agenda em São Paulo. Após cumprimentar os presentes, o Sr. Secretário Executivo apresentou a proposta de pauta e repassou a palavra ao primeiro apresentador.

2. Pauta.

2.1. Programa de Integridade do MCTI - Tendo recebido a palavra do Sr. Secretário Executivo, ao cumprimentar os presentes, o Sr. Arthur de Miranda, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, relatou sobre o atual estágio do programa de integridade. Conceituou integridade pública que sustenta a previsão de interesse público sobre o interesse privado. Explicou também, que em função disso, é preciso de regramentos que balizam as práticas, por meio da formalização e disseminação de planos de integridade. O programa tem destaque no enfrentamento da corrupção, tanto no âmbito internacional por meio de convenções e acordos dos quais o Brasil faz parte, quanto na atuação nacional via sistema de integridade estruturado em programas, que são normativos desenvolvidos no âmbito das instituições, explicou. Continuando, reforça o Chefe da AECI, que foi por meio do Decreto 10.756/21 que criou o Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal - SIPEF que se organizou a coordenação e articulação das atividades relativas à integridade, foi estabelecido certos padrões para as práticas e medidas de integridade, conduzindo a estruturação das UGI's unidades setoriais sobre o tema da integridade, nos órgãos, que são coordenadas pela CGU. No âmbito do MCTI, explica o Sr. Arthur de Miranda, foi publicada Portaria MCTI 6108/22 que cria o Programa de Integridade do ministério com diretrizes, objetivos centrais e ações que vêm a trazer uma resposta estratégica e com a noção de risco acoplada à questão de fraude e corrupção. Discorreu então sobre o conteúdo da referida Portaria MCTI, quanto aos princípios, objetivos, diretrizes e sobre as fases percorridas de implantação no órgão. Antecipou também elementos constantes do Plano de Integridade em revisão e atualização, instrumento de execução do Programa. Na peça adiantou estarem formalizadas as ações para a gestão da integridade, se comprometendo em submeter ao CIG-MCTI até o final do presente ano. Ao fim, por oportuno, avisou aos presentes da progressiva implantação do novo sistema único de agendas, e solicitou a ajuda dos presentes em suas respectivas unidades durante a fase implantação, que conforme o Decreto 10.889/21 seguirá até 09 de outubro do corrente ano. O novo sistema, explicou, visa ser mais transparente por ser uma plataforma única para todos órgãos. Nele estão protocoladas regras, inclusive relativas ao recebimento de presentes e brindes de hospitalidade, mas em sua visão a maior novidade é quanto a não ser mais restrito a autoridades. Mesmo servidores que não tenham cargo, mas tenham participação importante em processos como de licitação, de folha de pagamento, ou outros com interface com empresas privadas devem registrar os seus compromissos. Avisou que não seria necessário o registro diário, mas quando houver compromisso com agente com interesse no desempenho de sua função, sim. Na ocasião, o Subsecretário das Unidades de Pesquisa Sr. Alex Fabiano de Magalhães levantou a necessidade de registro das interações com os representantes das Organizações Sociais - OS, confirmado prontamente pelo expositor Sr. Arthur, que ressaltou ser uma situação que deve ter avaliado o seu potencial de conflito, do agente público com o representante privado, exemplificando com situações hipotéticas. Ressaltou ainda que as OS terão no futuro um tratamento especial, pelos provedores do sistema, para suas relações com terceiros, e que no momento o foco era na administração direta. Alguns exemplos hipotéticos foram suscitados pelos presentes visando o melhor entendimento das providências, que foram prontamente orientadas pelo Sr. Arthur em sua exposição, e que também dispôs a Assessoria Especial de Controle Interno, para dirimir possíveis novas dúvidas caso a caso que por ventura possam surgir. Adiantou a possibilidade de que surjam normativos gestados pela CGU para dirimir dúvidas comuns. Reforçou o pedido de ajuda para a implantação por prever que pode ser gerado algum tipo de conflito ou suscetibilidades entre os agentes do órgão. Agradeceu aos presentes e se posicionou solícito a demais esclarecimentos.

2.2. Monitoramento do PPA e PEI 2020-2023 - Dando seguimento a pauta o Sr. Sergio Freitas de Almeida, passou a palavra ao Sr. Johnny Ferreira dos Santos Secretário-Executivo Adjunto - Substituto que introduziu a temática planejamento estratégico, prevista na pauta, ressaltou que o assunto será apresentado por meio de relatórios de monitoramento semestral, exaltando o feito como uma iniciativa para o enraizamento de uma cultura de planejamento no órgão, caminhando para o ciclo completo de monitoramento e futura avaliação. Ao enfatizar o momento de mudanças que se avizinha com o fim do ciclo do governo e a gestação de um novo PPA, convidou o Sr. Ariel Cecílio Garcês Pares, Coordenador-Geral de Planejamento e Indicadores para realizar uma apresentação sucinta do material detalhado que

já estava de posse dos membros. Sr. Ariel Pares cumprimentando os presentes, de pronto, reiterou a importância do destaque do Secretário Executivo Adjunto em exercício, quanto ao percorrer desse primeiro degrau de uma cultura de planejamento, enfatizando a importância de se colocar o plano elaborado em prática. Ao focar no relatório, destacou sua função de proporcionar uma visão sistêmica do conjunto da organização, utilizado para que a liderança compreenda melhor os grandes desafios de gestão. Explicou então que se tem 32 indicadores finalísticos e 12 indicadores da área meio. Destacou três principais restrições apuradas: (i) a incerteza orçamentária e financeira, apesar da melhoria constatada; (ii) a disponibilidade de infraestrutura na pesquisa, ponto em que frisou ter a maior possibilidade de atuação da liderança do órgão, e (iii) a falta generalizada de recursos humanos. Na sequência o Sr. Ariel apresentou os indicadores apurados, pinçando alguns de maneira geral que chamam atenção. Destacou o avanço no indicador atrelado ao Objetivo Estratégico 01, que apura a média de citações das publicações brasileiras em relação à média global de citações, onde se mensurou superação considerável da meta destacando os méritos da comunidade científica nacional. Destacou também que para o Objetivo 02 ainda não estavam apurados seus indicadores, pois se centravam em eventos que ocorrem no segundo semestre. O destaque do Objetivo Estratégico 03 se deu no número de bolsas oferecidas pelo CNPq para pesquisas tecnológicas, empreendedorismo e inovação, que já no primeiro semestre entregou mais da metade da meta para o ano. Quanto ao Objetivo 04, que trata da tecnologia sociais, cujo indicador destacado foi o inerente à tecnologia assistiva, foi revelado que o Ministério pleiteava montar o Centro Nacional de Tecnologias Assistivas e que não ocorreu o repasse a Universidade Federal de Uberlândia a tempo, por isso ainda não pode ser aferida a meta numérica prevista para 2022. Por oportuno o Secretário de Pesquisa e Formação Científica - SEPEF, Sr. Marcelo Marcos Morales, questionou o destaque do indicador atinente a Tecnologias Assistivas, uma vez que a SEPEF possui repleta coleção de realizações aderentes ao desenvolvimento social e sustentável afetos ao Objetivo 04. O Sr. Ariel deu razão ao apontamento, corroborando com o conhecimento do histórico de realizações da SEPEF no âmbito social e sustentável, no entanto, alertou sobre a fragilidade de se atrelar indicadores a iniciativas em colaboração com o congresso, devido à sua fragilidade em governança. Seu alerta foi apoiado pelo Sr. Sergio Secretário Executivo do MCTI, que reforçou a necessidade de se apoiar o monitoramento do PEI em iniciativas do MCTI. Para o Objetivo 05, relativo à área nuclear, foi revelado na apuração da produção média de radioisótopos e radiofármacos tendência clara de, no cumulativo, o não atingimento de meta, o que indica um problema sério de autonomia e soberania, enfatiza o expositor. No aferimento do indicador pinçado dentre os atrelados ao Objetivo 06, que é dedicado às atividades espaciais, nesse período de monitoramento a apuração demonstrou uma melhora significativa nos aproximando do desejável, o que foi comemorado pela reversão em relação ao ano passado, em que o desempenho foi muito ruim diante da escassez de recursos para o desenvolvimento de tecnologias críticas. Tais tecnologias, explica o apresentador, não são fornecidas no mercado internacional. Ainda assim, destacou que as áreas nuclear e espacial estão com sério problema de autonomia para seu desempenho, diante do atual cenário geopolítico. No Objetivo 07, relativo a produtos e serviços científicos e tecnológicos para a área ambiental, com apuração já muito superior à meta anual, foi reservado destaque de mérito para a histórica atuação da área de mar e oceanos, enfatizou o apresentador do relatório. Quanto ao oitavo e último Objetivo finalístico, demonstrou o Sr. Ariel por gráficos, que já no primeiro semestre se evidencia o atingimento da meta para o ano. Destacando que a partir do nono Objetivo já se trataria da área meio, o Objetivo relativo a governança corporativa, teve um indicador pinçado que tratou da maturidade do gerenciamento de projetos, que não foi apurado. Pedindo a palavra o Sr. Marcelo Gomes Meirelles, Secretário de Estruturas Financeiras e de Projetos - SEFIP, comentou quanto a expectativa de se elevar o grau de maturidade com a aplicação de uma metodologia em que se detinha expectativa de que o órgão estivesse em um grau intermediário caminhando para a maturidade. Na primeira medição, no ano de 2021, quando se esperava o valor próximo a 2.8 se aferiu em 1.7 o índice de maturidade nos projetos que foram encaminhados para avaliação, em uma escala que chega a 5. Sobretudo, explicou, projetos oriundos das unidades de pesquisa do órgão, continuam sendo elaborados em um modelo de projeto acadêmico, o que se reconhece com pequeno grau de maturidade. A SEFIP está reativando uma unidade de acompanhamento, informou o Secretário da SEFIP aos demais membros. Como consequência da baixa maturidade, ilustrou que quando submetidos às diversas rodadas necessárias para se adquirir recursos de fundos de financiamento, os projetos não foram aprovados a partir da primeira rodada, portanto se busca evoluir em uma série de requisitos que não são contemplados para a habilitação quando

apresentados. Relatou ainda, que dos 18 projetos selecionados e apresentados no Encontro Brasileiro de Corporate Venture, nenhum conseguiu atrair recursos. Por fim, relatou a necessidade de reavaliar a meta de uma maneira mais realista e se comprometeu a apresentar a aferição em setembro do corrente ano. Retomando a palavra o Sr. Ariel Pares relatou que quanto ao Objetivo 10, que trata da atuação integrada dos atores de CT&I, foi apresentada a meta atingida para o indicador que trata o número de acordos interinstitucionais da Rede MCTI. Estando dentro do esperado, pois são quase parametrizados com o número de instituições que compõem a Rede MCTI, revelou o apresentador. Foi relatado também que o Objetivo Estratégico 11, relativo às parceiras nacionais e internacionais, muito determinado pelas cooperações mantidas pelas unidades de pesquisa do órgão, onde o indicador destacado com a meta de 200 parceiras internacionais mantidas já estava contemplado na apuração, e que provavelmente não será alterado até o fim do ano. Quanto ao Objetivo 12, que se dedica a desenvolver competências no órgão, o índice de desenvolvimento de competências técnicas tem meta anual de 15% e já no primeiro semestre o alcance aferido foi de 12%, portanto se espera o atingimento para o ano, relatou o apresentador. Para a inovação de processos, produtos e serviços do órgão, que prima o Objetivo 13, estava representado por um indicador relativo a uma atividade da biblioteca do Ministério, que vem progredindo na direção da digitalização, mas mantendo suas referências físicas, exaltou. Partindo para os dois últimos Objetivos, relatou que o 14, não se conseguiu apurar o desempenho de nenhum de seus três indicadores, ficando, portanto, a infraestrutura física de TIC, aguardando nova oportunidade para ser apresentado seu acompanhamento, deixando clara a tranquilidade do Sr. Ariel quanto a essa futura apuração. E finalmente no Objetivo 15 da otimização dos recursos orçamentários, foi importante a apuração de 100% de prontidão para o remanejamento de créditos do indicador, ensejando em desempenho digno de cumprimentos. Ao se debruçar sobre o acompanhamento do Plano Plurianual – PPA, o Sr. Ariel revelou em sua apresentação o entendimento da aderência entre os Objetivos finalísticos do PEI e os Programas do PPA que representam as políticas de cada ministério. O expositor ressaltou que o Relatório PPA MCTI 2020-2023 apresenta dois pontos que chamam atenção, os quantitativos estão apresentados nos indicadores, mas contém também um relato situacional das políticas do ministério, com a avaliação das circunstâncias de nossas políticas. Destacou as restrições gerais enfrentadas, muito ainda decorrentes da pandemia. Em especial chamou a atenção a restrição enfrentada no programa 2204 “Brasil na Fronteira do Conhecimento” onde as significativas reduções de investimentos ainda não afetaram o crescimento das publicações do Brasil. Ainda que ponderando sobre o elevado grau de diferenças entre os diversos setores para geração de conhecimento, a curva continua crescente a despeito de ciclos irregulares de investimento do Ministério. Chamou a atenção para a robustez evidenciada, que fez com que não perdêssemos nossa posição estratégica em relação à produção científica bibliográfica no mundo, embora tenhamos de ficar atentos também com a qualidade e impacto de nossas descobertas. Na sequência revelou que quanto ao Programa 2206 o maior problema se deu com projeto de instalação do Reator Multipropósito Brasileiro – RMB que estava paralisado no primeiro semestre, o que se manifesta em problemas de soberania na produção de insumos radioativos e radiofármacos, restringindo as múltiplas aplicações nucleares em especial em medicina nuclear, avisou. Foi revelado, mais uma vez, indícios de que o investimento deficitário em tecnologias críticas compromete a autonomia nacional, no âmbito do programa 2207 relativo à área espacial, embora se tenha apurado melhorias no desempenho de indicadores. Quanto ao programa 2208, dedicado às tecnologias aplicadas, empreendedorismo e desenvolvimento sustentável, o que destaca é a falta de pessoal atuando no suporte às ações da Lei do Bem, com recursos orçamentários de capacitação e formação de recursos humanos escassos, também para as unidades de pesquisa do MCTI. Passando aos indicadores, no Programa “Brasil na Fronteira do Conhecimento”, o indicador mostra que a meta de participação do Brasil na produção científica Mundial já no primeiro semestre está próxima de ser cumprida. Outros dois indicadores do programa dedicados à infraestrutura e a formação em relação ao fomento, que deveriam estar equilibrados, explicou o apresentador, a apuração demonstrou que a formação tende a não atingir a sua meta e que não acompanha o investimento em infraestrutura que já superou a meta anual no primeiro semestre. Oportunamente, o Sr. Ariel chama os presentes a fazer uma reflexão quanto ao equilíbrio necessário para o bom desenvolvimento da CT&I, quanto aos pilares de suporte das ações de fomento, infraestrutura e formação. Nesse momento o Sr. Secretário da SEPEF, Marcelo Morales, buscou sanar dúvidas quanto os elementos de construção do algoritmo do indicador e o melhor entendimento do conceito de fomento pelos formuladores. Explicações pertinentes foram dadas, com o relato do histórico junto ao Ministério da Economia sobre o indicador, face a acuidade das ponderações do Secretário. Esclarecimentos esses

que desvelaram a criticidade do investimento do MCTI em formação no período. Quanto ao programa voltado à política nuclear o desempenho apurado foi bom, por serem assentados em variáveis que estão seguindo bem e não revelam a fragilidade na autonomia em tecnologias críticas, explicou. Semelhante ao que ocorre ao tratar dos indicadores do Programa 2207 da área espacial que indicam bom desempenho para se aumentar a autonomia Nacional nas duas variáveis apuradas. Questionado ressaltou o Coordenador-Geral de Planejamento e Indicadores que devido a demanda do Ministério da Economia, restringiu-se às ações dos programas em execução nos órgãos, não abrangendo ações correlacionadas de outros órgãos, o que prejudica expressar a atuação da coordenação multissetorial do MCTI. Relatou o problema temporal da coleta de dados nos indicadores do Programa 2208, mas antecipou a elevada probabilidade de consecução no ano. Concluiu os destaques do relatório em sua apresentação revelando a tendência de consecução da meta do número de beneficiários de bolsa, que ao meio do ano já havia superado a metade da meta. De forma a dar um fechamento para a pauta, o Secretário Adjunto Substituto, Sr. Johnny do Santos enfatizou o esforço em apresentar o primeiro relatório com a apuração parcial dos indicadores, que, todavia, avaliou serem objeto de aperfeiçoamento ao longo do tempo, refletindo em maior maturidade para as próximas apurações e apresentação. Ainda destacou o Sr. Johnny quanto a necessidade de se reduzir os Objetivos, podendo focar nos mais relevantes e representativos para o próximo ciclo de planejamento.

2.3. Os resultados do Projeto-piloto de Avaliação dos Riscos Associados aos Objetivos Estratégicos do PEI 2020-2023

– Chamada a apresentar a Sra. Delciene Aparecida Oliveira Pereira - Coordenadora-Geral de Gestão de Riscos e Avaliação – CGGR teve o tema apresentado pelo Sr. Johnny do Santos. Em sua introdução revelou a inversão do momento referido pela técnica para prover a avaliação de risco aos objetivos estratégicos, pois os objetivos estratégicos são anteriores a metodologia de riscos construída, o que viabilizou a aplicação somente no presente momento, em que o arcabouço e estrutura de uma área dedicada à gestão de riscos estão equacionados, mesmo para se atender ao ponto de auditoria de 2019 recentemente respondido em ofício do Ministro, explicou. A Sra. Delciene Pereira, dando início a sua explanação, ponderou sobre a validade do processo, mesmo em momento atípico, ressaltando ser o trabalho, ainda efetivo contribuinte para o planejamento lhe atribuindo maior exequibilidade. Revelou também o pioneirismo do órgão no intento de levantamento dos riscos estratégicos e possíveis medidas mitigadoras. Destacou a importância de que no processo tenha se verificado que o método utilizado permitiu elevado nível de participação. Reforçou que mesmo com a origem do pleito na CGU em 2019, o objeto sofreu alterações, recaindo a análise sobre o novo mapa estratégico 2020-2023. Destacou ainda a importância do grande patrocínio dos dirigentes do órgão para a realização do trabalho. O método sofreu uma pequena adaptação, revelou, que preservou todo o conjunto de etapas. Percorreu então as suas etapas de execução, desde o planejamento da abordagem do projeto, com destaque a complexa fase de análise documental que rendeu excelentes insumos para a identificação dos riscos, até as validações em instâncias colegiadas. Também chamou a atenção para a realização de quatro oficinas, durante o mês de maio, com quatro ou cinco grupos simultâneos, cada grupo dedicado a analisar um objetivo estratégico dos 15 do mapa. Especialmente nas etapas subsequentes relatou a utilização de estratégia diferenciada, com a aplicação de questionários eletrônicos ao conjunto de especialistas que participaram da identificação dos riscos. A partir desses dados foram realizadas análises que geraram o conjunto de informação estruturada que foi apresentada ao CIG-MCTI naquele momento, continuou sua explicação. E ainda, tornou claro, os momentos de validação operados pelo Comitê Técnico de Gestão de Risco – CTGR, que se dedicou a análise sobre a coerência entre as causas e consequências dos riscos e em um segundo momento, junto aos dirigentes das secretarias, também validou as informações coletadas por questionário, que subsidiaram a apresentação então realizada. E ainda informou que naquele momento, a apresentação visava acolher o referendo do CIG ao trabalho, mas a aprovação ocorreu ad referendum pelo do Sr. Ministro frente a necessidade de envio à CGU, dentro do prazo pactuado de até 19 de agosto de 2022. Chamou a atenção então aos destaques das fases mencionadas. Com relação a identificação dos riscos realizado por cerca de 100 servidores indicados pelas unidades especialistas participantes do processo para atuarem como pontos focais, o trabalho resultou na identificação de um conjunto de 62 riscos, sendo 32 referentes aos objetivos de resultado, 14 aos processos internos, 11 eventos de riscos atinentes aos objetivos de pessoas e infraestrutura e 3 para a perspectiva do orçamento. Na sequência caracterizou a avaliação feita pelos indicados sobre os riscos identificados quanto à probabilidade de ocorrência e possíveis impactos caso se materializassem, o que possibilitou a verificação do nível do risco

segundo a metodologia de gestão de riscos do MCTI. Com o suporte gráfico apresentou aos presentes a situação do nível dos riscos apurados pela metodologia, detalhando sua posição antes e depois das medidas de controle já executadas pelo órgão, ressaltando que nenhum risco após essa submissão estava acima do limite de tolerância prescrito pela Metodologia aprovada. Revelando onde é preciso centrar foco para não permitir que riscos cheguem a níveis elevados e possam atentar contra a consecução de algum objetivo. A Sra. Delciene explicou que dos riscos ainda resultantes, foram identificadas novas ações que o ministério pode empreender para evitar a ocorrência ou atenuar os efeitos dos riscos avaliados. Dispôs a equipe para detalhar as extensivas informações do material previamente remetido. E então, devido a considerável listagem, optou destacar somente os quatro riscos de maior nível apontados pela metodologia. Destacando os de maior score: o primeiro “a insuficiência de recursos econômicos, humanos e de infraestrutura para a efetivação das políticas de inovação nas Unidades de Pesquisa do MCTI”; o segundo “a perda de competências pública e privada em, ciência, tecnologia e engenharia para aplicações espaciais”; o terceiro a “falta de quadro de pessoal adequado em número e perfil para a implementação da estratégia”; e o quarto é “o contingenciamento orçamentário”. Ressaltou a convergência do conjunto de informações apuradas nos riscos com os do monitoramento do PEI e PPA orientando a tomada de decisão das lideranças do órgão. Na sequência, esclareceu a questão levantada pelo membro, Sr. Marcelo Morales, sobre ser relativo ao domínio interno a que se referiu o terceiro risco de maior nível crítico, quanto a se referia ao quadro pessoal do MCTI, da rede de unidades e vinculadas, quando a apresentadora confirmou a percepção do Secretário da SEPEF. Quanto da revelação da posição delicada do setor espacial, levantado pelo mesmo membro, objetivo em que se verificou o apontamento de diversos riscos elevados que, mesmo diante da mitigação das ações de tratamento já aplicadas, foram avaliadas insuficientes para os reduzirem a níveis confortáveis. Na oportunidade os presentes discutiram sobre os aspectos que destacaram o setor espacial com a maior participação no grupo dos riscos avaliados como altos. Continuando, a apresentadora rememorou os presentes das indicações de tratamento da metodologia de gestão de riscos em conformidade com o nível apurado, o que leva à constatação de que todos os riscos que estão classificados como alto necessitam de medidas de tratamento adicionais, explicou. Apresentou então a planilha do conjunto de novas ações apontadas pelos especialistas como prováveis contribuintes para se debelar o nível dos riscos a que se associam. Enfatizou que foram muito profícuas as novas ações propostas, mas que foi realizado um filtro para selecionar somente aquelas com maiores possibilidades de implantação ou, ao menos, iniciadas no espaço temporal do PEI, ou seja, até 2023. Também foi apresentado aos membros do CIG os temas mais recorrentes das propostas de ações de tratamento. Destacando com comentários as temáticas que são afetas ao (i) “aumento de recursos humanos ou fontes de financiamento”; relacionadas a (ii) “capacitação interna e formação de recursos humanos”; na (iii) “adequação do quadro de pessoal” da rede MCTI; relativas a (iv) “definição de prioridades” e no necessário planejamento estratégico de longo prazo para Ciência, Tecnologia e Inovação; além de outras focadas na (v) “revisão das estratégias formalizadas”; também se colecionou atenção a (vi) “adequação da legislação e outros regulamentos”, e cabendo ainda destaque para a necessidade de (vii) “articulação com outros órgãos”, chamando a atenção da recorrência dos atores: Ministério da Economia, Congresso nacional, com a própria rede MCTI, acima de outros órgãos que o ministério tem interfaces nas políticas públicas. Ao fim revela as intenções de se realizar dois tipos de monitoramento, (i) relativo a aferir a implementação das medidas tratamento, e (ii) relativo a verificação do nível dos riscos avaliando possíveis flutuações nesses níveis identificados em função das medidas de tratamento mantidas e de novas implementadas. Em suas considerações finais a apresentadora enfatizou a riqueza das informações coletadas, que ultrapassavam aquele momento, pois seriam válidas para subsidiar novas peças de planejamento, o que gerou considerável expectativa. Sendo então recomendada ser realizada a avaliação de risco concomitantemente com elaboração do próximo ciclo de planejamento para a melhor adequação dos objetivos a que pretende alcançar na delimitação do seu horizonte temporal, recomendou por fim. Agradecendo a oportunidade, revelou sua prospecção positiva de evolução do processo a partir dessa primeira experiência. Sr. Johnny dos Santos, então ao retomar a palavra parabenizou pelo trabalho pioneiro, teceu comentários sobre ampla participação de colaboradores do órgão e de sua expectativa de maior assertividade em próximas ações relativas à Gestão de Risco, que com a experiência tendem a ter uma avaliação mais realista, ponderou. Em relação aos demais órgãos da esplanada, revelou sua visão positiva, em que o MCTI com essa aplicação subiria de status para o terço superior em maturidade dessa gestão.

3. Informes: Sr. Johnny dos Santos, ao exercer o secretariado-executivo do Comitê, em nome da SEEXEC, avisou que a metodologia que foi aprovada pelo CIG-MCTI, foi diagramada e publicada no site do MCTI na parte de Governança. Com relação a Gestão de Riscos informou que foram realizados cinco projetos-piloto na área de processo, posteriormente em dois projetos habilitando o CETENE e o INSA. Na temática de planejamento relatou finalmente estar o órgão em outro momento, o da execução, quando foi apresentado o primeiro monitoramento. Por fim, outro esforço foi informado: o da elaboração da primeira Cadeia de Valor Integrada do MCTI, já está em fase final. Oportunamente o Sr. Carlos Rogério Antunes da Silva, Secretário de Articulação e Promoção da Ciência, Substituto – SEAPC informou acerca dos esforços junto à área de gestão de informação do órgão em elevar o número de publicações científicas do Ministério, o que vem gerando resultados.

4. Encerramento. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Sergio Freitas, Secretário Executivo, na ocasião presidindo os trabalhos do CIG-MCTI, após os agradecer aos presentes, declarou a reunião encerrada às 12h e 26 min.

Brasília, 23 de agosto de 2022.

SERGIO FREITAS DE ALMEIDA

Secretário-Executivo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – Presidente (Substituto)

JOHNNY FERREIRA DOS SANTOS

Secretário-Executivo Adjunto Substituto - Membro Suplente

CARLOS ROGÉRIO ANTUNES DA SILVA

Secretário de Articulação e Promoção da Ciência Substituto – Membro Suplente

MARCELO MARCOS MORALES

Secretário de Pesquisa e Formação Científica – Membro Titular

MARCELO GOMES MEIRELLES

Secretário de Estruturas Financeiras e de Projetos – Membro Titular

JOSÉ ANTÔNIO SILVÉRIO

Secretário de Empreendedorismo e Inovação Substituto – Membro Suplente

ALEX FABIANO DE MAGALHÃES

Subsecretário de Unidades Vinculadas – Membro Titular



Documento assinado eletronicamente por **Jose Antonio Silverio, Diretor do Departamento de Empreendedorismo Inovador substituto**, em 09/12/2022, às 15:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Gomes Meirelles, Secretário de Estruturas Financeiras e de Projetos**, em 12/12/2022, às 09:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Marcos Morales, Secretário de Pesquisa e Formação Científica**, em 12/12/2022, às 11:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Rogério Antunes da Silva, Secretário de Articulação e Promoção da Ciência substituto**, em 12/12/2022, às 19:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alex Fabiano Ribeiro de Magalhães, Subsecretário de Unidades Vinculadas**, em 13/12/2022, às 18:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Johnny Ferreira dos Santos, Secretário-Executivo Adjunto substituto**, em 14/12/2022, às 11:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Freitas de Almeida, Secretário-Executivo**, em 19/12/2022, às 08:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **10660225** e o código CRC **9AC35CDE**.
